



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

TERMO DE REFERÊNCIA

I - Objeto (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “a” da Lei 14.133/2021)

1.1 Fornecimento contínuo de água mineral em garrafão de vinte litros, classificado como bem comum, conforme tabela abaixo.

Item	Descrição	CATMAT	Unidade	Qdd.
1	<p>Água mineral natural, sem gás, acondicionado em garrafão de resina sintética virgem (material aceitável para contato com alimentos e bebidas em conformidade às exigências da Portaria DNPM nº 387, de 2008 e ABNT NBR nº 14.222/2013), retornáveis, com capacidade de vinte litros, na cor azul, plenamente preenchidos, munidos de tampa plástica e lacre de inviolabilidade intactos; com validade mínima de 90 (noventa) dias (as datas de envase e validade deverão vir gravadas no rótulo do produto).</p> <p>Deverá apresentar rótulo que identifique as características e propriedades físico-químicas do produto, composição química, classificação, fonte de origem, estabelecimento e contenha informações sobre o registro no órgão de fiscalização federal competente e demais elementos que identifiquem a qualidade do produto.</p> <p>A água não poderá apresentar alteração de cor, ranhuras, nenhum tipo de resíduos e odores, devendo estar em conformidade com a Portaria GM/MS, do Ministério da Saúde Nº 888/21, Resolução RDC nº 724/2022; ANVISA; Instrução Normativa nº 161/2022 - ANVISA; Resolução RDC Nº 717/2022; RDC Nº 727/22; RDC Nº 173/06; Resolução ANM nº 193/2024; Lei Nº 10.003/2 e Decreto-Lei Nº 7841/45.</p>	445485 (Classe 8960)	Garrafão de 20 Litros	47.176

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria nº 30, de 20 de junho de 2022, da Presidência do TRE/RJ;

1.3. A não adoção de cota reservada exclusivamente para ME e EPP justifica-se pela busca por eficiência administrativa, pela economia de escala, pela padronização e pela garantia de qualidade e de segurança do objeto adquirido, por se tratar de um alimento.

II - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “b” da Lei 14.133/2021)

2.1. Este Termo de Referência foi elaborado com base nas informações contidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), presente no Processo Administrativo SEI TRE-RJ nº 2026.0.000020147-9, aprovado em 10 de junho de 2026, pela Secretária de Administração, Alessandra dos Santos Megre.

2.2. A Equipe de Planejamento da presente contratação não identificou riscos além daqueles já mapeados no macroprocesso de contratações. Além disso, não há complexidade na execução do objeto, que demande riscos específicos. Por essa razão, a Equipe não elaborou o documento referente ao gerenciamento de riscos.

III - DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DA SOLUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “c”, da Lei 14.133/2021)

3.1. A descrição do material consta no tópico I.

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “d”, da Lei 14.133/2021)

4.1. Obrigações da contratada:

4.1.1. Executar o objeto, conforme as determinações previstas neste Termo de Referência;

4.1.2. Trocar, às suas expensas, o material que for recusado pelo TRE-RJ, observando-se que o recebimento não caracteriza a sua aceitação, que somente ocorrerá após o recebimento definitivo;

4.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto fornecido com defeito, vícios ou incorreções;

4.1.4. Informar, no momento de envio da proposta, endereço eletrônico e contato telefônico para comunicação com o TRE/RJ, sendo de sua responsabilidade mantê-los atualizados durante toda a fase de execução da contratação;

4.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas;

4.1.6. Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.7. Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;

4.1.8. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.9. Orientar e treinar, quando for o caso, seus empregados sobre as disposições legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, dando-lhes conhecimento formal das cláusulas, condições e obrigações relacionadas à Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, inclusive no tocante à Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da Justiça Eleitoral, instituída pela Resolução TSE nº 23.650/2021;

4.1.10. Autorizar à Contratante o acesso aos dados pessoais dos representantes da contratada para a formalização e execução do objeto do contrato, tais como: nome, número do CPF, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, em atendimento ao disposto na LGPD e na Resolução TSE nº 23.650/2021;

4.1.11. Indicar representante para assuntos relacionados à LGPD, sempre que solicitado pelo TRE-RJ, que poderá ser o mesmo colaborador qualificado como preposto para outros assuntos relacionados à execução do contrato, observada a necessária apresentação de termo de compromisso e responsabilidade pelo acesso aos dados.

4.1.12. Prestar, no prazo fixado pela contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado, comprometendo-se, ainda, quando necessário e dentro das limitações pertinentes ao objeto do contrato, a auxiliar a contratante em relação à requisição dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da LGPD, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

4.1.13. Pela assinatura do contrato, a contratada fica ciente de que qualquer violação às disposições da LGPD é considerada uma violação do instrumento contratual pactuado pelas partes, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

4.1.14. Fica ciente, ainda, de que os dados pessoais dos representantes, prepostos e/ou colaboradores da contratada, obtidos em razão da execução contratual, poderão ser divulgados pela contratante, com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.

4.2 Obrigações do contratante:

4.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.2.2. Receber provisória e definitivamente o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

4.2.3. Comunicar à contratada a ocorrência de quaisquer imperfeições verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja sanado o problema;

4.2.4. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Termo de Referência;

4.2.5. Tratar os dados pessoais dos representantes, prepostos e/ou colaboradores da contratada para viabilizar o acesso às instalações físicas do Tribunal, a gestão contratual através de sistema de informação e o cumprimento do dever legal de fiscalização da execução do contrato.

4.3 Obrigações comuns às partes:

4.3.1 As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021 e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

4.3.2 A contratante figura na qualidade de controladora/operadora de dados enquanto a contratada é definida como controladora/operadora de dados;

4.3.3 A contratante e a contratada serão consideradas controladoras conjuntas quando eventualmente houver uma participação conjunta na determinação das finalidades e meios de tratamento dos dados pessoais, hipótese em que devem ser definidos os papéis e responsabilidades de cada controlador;

4.3.4 As partes comprometem-se, ainda, a:

4.3.4.1 Realizar o tratamento dos dados pessoais pautado pela boa-fé e pelos princípios previstos no art. 6º da LGPD, em especial os da finalidade adequação, necessidade, transparência e livre acesso, em compatibilidade com o objeto contratado;

4.3.4.2. Manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo para viabilizar o cumprimento do Edital, do instrumento contratual ou documento equivalente, bem como as decorrentes de obrigações legais e determinação judicial;

4.3.4.3. Manter registros precisos e atualizados das atividades de tratamento e compartilhamento de dados pessoais, incluindo o acesso e a utilização dessas informações, para fins de auditoria e prestação de contas;

4.3.4.4. Obter e apresentar à outra, sempre que necessário, e mediante solicitação prévia, os respectivos termos de ciência ou consentimento, quando for o caso, dos titulares para o tratamento dos dados pessoais dos quais forem controladoras, bem como os respectivos termos de compromisso e responsabilidade pelo acesso e tratamento de dados realizados por seus servidores, colaboradores, prepostos, prestadores de serviço, contratados terceirizados ou autônomos, sócios ou diretores a elas vinculados;

4.3.4.5. Implementar todas as medidas técnicas e organizacionais cabíveis para prover um nível de segurança adequado frente aos riscos inerentes ao tratamento de dados pessoais objeto do contrato, dentre elas o armazenamento dos dados tratados em banco de dados seguro, no território nacional e com acesso restrito;

4.3.4.6. Comunicar, em até 24 horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD; e

4.3.4.7. Eliminar os dados pessoais que venham a ter acesso, após a satisfação da finalidade respectiva, encerramento do tratamento por decurso de prazo ou pelo término da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

4.3.5. A contratante poderá realizar auditorias nos processos da contratada para verificar a conformidade do tratamento dos dados pessoais pertinentes ao objeto do referido contrato, conforme determinado pela LGPD e pela Resolução TSE nº 23.650/2021;

4.3.6. As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, comprovadamente causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual por inobservância da LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021.

V - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “e”, da Lei 14.133/2021)

5.1. O TRE-RJ fará a aquisição através de termo de contrato, que deverá ser assinado pela empresa vencedora do certame em, no máximo, 3 dias úteis, a contar da convocação deste Tribunal, sob pena de decair o direito à contratação, sujeito às sanções legais cabíveis.

5.2. O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo licitante, de forma justificada e aceita pelo TRE-RJ.

5.3. Será verificado, por meio do SICAF e de outros meios, a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

5.4. O prazo de vigência da contratação será de 5 anos, na forma do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. As quantidades estimadas anuais para o fornecimento contínuo do item constam no tópico IV do Estudo Técnico Preliminar.

5.6. Do Pedido e Entrega: A solicitação de fornecimento será realizada pela Seção de Almoxarifado (SEALMO) através de e-mail à contratada, respeitando o pedido mínimo de 300 galões previsto no subitem 5.6.5 e com prazo de entrega de 72 horas úteis, contadas do envio da solicitação.

5.6.1. Na primeira entrega, a contratada poderá optar por retirar previamente os garrafões vazios junto ao TRE-RJ, no endereço indicado no item 5.6.15, para providenciar o envase e posterior entrega no TRE-RJ ou utilizar os próprios vasilhames, permutando a mesma quantidade de galões com o TRE-RJ no momento da entrega. Em ambos os casos, deve ser respeitado o prazo estabelecido no item 5.6.

5.6.2. Nas demais entregas: a contratada deverá realizar a entrega em vasilhames próprios ou oriundos de entregas pretéritas ao TRE-RJ, retirando, no momento da entrega, galões vazios na mesma quantidade do pedido que originou a entrega.

5.6.3. Todos os garrafões entregues pela contratada durante a execução do contrato deverão:

5.6.3.1 Apresentar aparência limpa, isenta de manchas, alterações de cor, ranhuras, rachaduras, emendas e amassamentos, bem como não poderão possuir nenhum tipo de resíduos e odores ou qualquer tipo de deformações internas ou externas no gargalo;

5.6.3.2 Trazer impresso de forma indelével e legível na parte superior do garrafão, entre o gargalo e o anel de reforço superior, a data limite de 03 (três) anos de sua vida útil, especificada na forma "Data de Fabricação" e "Prazo de Validade" expressos segundo a escrita usual: mês/ano, bem como o número de certificação da embalagem que atesta a sua conformidade com essas normas técnicas e atender as demais exigências legais e técnicas (ANVISA/MS, ABNT NBR 14222, ABNT NBR 14328, ABNT NBR 13230 e DNPN - Departamento Nacional de Produção Mineral);

5.6.3.3 Apresentar, na data de entrega, validade mínima restante de 6 (seis) meses.

5.6.4. Todo fornecimento deverá ser acompanhado por Relatório de Ensaio Microbiológico que ateste a conformidade da água mineral à Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 724/2022 e à Instrução Normativa nº 161/2022, ambas da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que dispõem sobre os padrões microbiológicos de alimentos.

5.6.4.1 O Relatório de Ensaio Microbiológico deve ser emitido por laboratório habilitado na REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde, da ANVISA) ou acreditado pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), segundo os requisitos estabelecidos na norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017.

5.6.4.2 O Relatório apresentado deve ter sido emitido em prazo não superior a 120 dias anteriores à data de entrega, podendo ser reapresentado o mesmo relatório desde que esteja dentro do prazo máximo de emissão informado.

5.6.5 A quantidade mínima por solicitação de fornecimento será de 300 unidades.

5.6.6 Os garrafões com lacre de segurança violados serão recusados pelo TRE-RJ, devendo a contratada substituí-los no prazo máximo de 48 horas.

5.6.7. Os garrafões de água mineral danificados em consequência de manuseio inadequado não serão recebidos, restando o ônus para a contratada, ressalvada a ocorrência de danos após o recebimento pelo TRE-RJ. O descarregamento do caminhão é de inteira responsabilidade da contratada, não podendo imputar ao TRE-RJ qualquer dano aos garrafões nessa movimentação.

5.6.8. Se após o recebimento houver alteração de gosto, cheiro e/ou consistência, a empresa contratada fica obrigada a repor o respectivo garrafão de água mineral, sem custo adicional para o TRE-RJ.

5.6.9. A contratada deverá manter válido o laudo de “Estudo in loco para relatório de análise de pesquisa de água mineral”, descrito no subitem 8.2.1.5, durante toda a fase de execução da contratação.

5.6.10. Enquanto não expirado o prazo de entrega, a contratada poderá substituir os produtos recusados pelo Tribunal. Para isso, o prazo de entrega considerará-se suspenso durante a fase de análise, reiniciando-se a contagem do prazo restante a partir da data da comunicação da recusa à empresa. A suspensão só poderá ocorrer uma única vez.

5.6.11. O TRE-RJ poderá exigir a substituição da marca de água fornecida por outra de qualidade compatível, sempre que restar comprovado, através dos relatórios de análise de qualquer amostra ou mediante informação dos órgãos públicos competentes, que a qualidade da água esteja comprometida.

5.6.12. No caso do subitem anterior, a contratada deverá realizar a substituição de todos os frascos ainda não utilizados com a qualidade comprometida, em poder deste Tribunal, no prazo de 5 dias corridos, a contar da comunicação do TRE-RJ.

5.6.13. A contratada deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do material solicitado, sob pena das sanções legais cabíveis;

5.6.14. Eventual solicitação de prorrogação do prazo de entrega, motivada por fato excepcional e estranho à vontade da contratada, somente será passível de apreciação caso remetida a este Tribunal ainda na vigência do prazo original de entrega, devidamente fundamentada, para o e-mail compras@tre-rj.jus.br, ressaltando-se que a confirmação de recebimento da solicitação não garante a dilação pleiteada, uma vez que a autorização da prorrogação fica a critério deste Tribunal;

5.6.15. **Local e horário de entrega do pedido:** Seção de Almoxarifado (SEALMO) do TRE-RJ, localizada na Avenida Brasil, 2.540, Benfica, Rio de Janeiro, RJ, no horário de 10h00 às 16h00. Telefones (21) 2580-2690 e (21) 2589-7784. Obs: Localizada na subida do viaduto de Benfca, após a passarela 4 da Avenida Brasil, sentido à Zona Oeste;

5.6.16. **Embalagem:** o material deverá ser acondicionado conforme a praxe do fabricante, devendo garantir proteção durante transporte e estocagem, constar identificação do produto e demais informações exigidas na legislação em vigor;

5.6.17. **Validade dos produtos:** a água mineral deverá ser entregue com validade mínima restante de 85 dias na data de entrega na Seção de Almoxarifado do TRE-RJ, sob pena de recusa do produto.

5.6.18. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.

5.6.19. A água mineral fornecida deverá estar dentro dos padrões de exigência para consumo, estabelecidos pelos departamentos de Vigilância Sanitária Municipal, Estadual e Federal.

VI - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “F”, da Lei 14.133/2021)

6.1. Os agentes da Administração que atuarão na gestão do contrato estão discriminados no item 7.2 deste Termo de Referência;

6.2. A comunicação entre os agentes do TRE/RJ e o representante da contratada será realizada, preferencialmente, através de mensagens eletrônicas;

6.3. Diante das especificidades do presente objeto, a Equipe de Planejamento da Contratação não identificou situações específicas, que ensejam aplicação de multa, além daquelas situações ordinárias (atraso na entrega e inexecução), que serão descritas no edital de licitação.

6.4. Do reajuste de preços:

6.4.1. O reajuste do valor contratual observará o intervalo mínimo de 1 ano, contado da data da estimativa de preços, e serão efetuados com base no índice IPCA/IBGE ou, no caso de sua extinção, no índice que venha substituí-lo.

6.4.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o prazo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4.3. O reajuste é devido automaticamente cada vez que for completado o período necessário, independentemente de requerimento do contratado.

VII - CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO DOS RESULTADOS E AFERIÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “g”, da Lei 14.133/2021)

7.1. Por se tratar de aquisição de material com entrega imediata e total, não haverá medição para o pagamento;

7.2. O processo de liquidação e pagamento seguirá as seguintes etapas e prazos:

Etapas	Procedimento de fiscalização	Prazo	Responsável
Recebimento provisório	Conferência da conformidade dos quantitativos entregues em relação à solicitação da Fiscalização e ao documento fiscal.	Até 2 dias úteis a contar da entrega total do material.	SEALMO
Recebimento definitivo	Conferência da conformidade das características do material em relação à descrição prevista no Termo de Referência.	Até 7 dias úteis a contar da emissão do relatório de recebimento provisório.	Gestor do Contrato
Atesto da nota fiscal	Conferência da conformidade do documento fiscal.	Até 1 dia útil a contar da emissão do relatório de recebimento definitivo.	Gestor do Contrato
Pagamento	Verificação da regularidade fiscal da contratada e demais condições de habilitação.	Até 10 dias úteis a contar do atesto da nota fiscal.	Secretaria de Orçamento e Finanças

7.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.

7.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.5. Em caso de erro na nota fiscal, esta será devolvida à contratada, com a exposição dos motivos do não atesto e o prazo referido acima retornará à contagem inicial;

7.6. Caso a nota fiscal apresente valor superior ao correto a faturar, a contratada poderá autorizar a glosa da diferença apurada ou a sua substituição, no prazo máximo de 3 dias úteis, a contar da comunicação deste Tribunal;

7.7. No caso de pessoa física, o valor referente ao percentual de 20% do valor da proposta a título de contribuição patronal à Seguridade Social será recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conforme dispõe a IN SEGES/ME nº 116, de 21/12/2021;

7.8. Quando o contratado for optante pelo Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), para que não sofra a retenção de tributos, a nota fiscal deverá vir acompanhada da declaração de Optante pelo Simples, assinada pelo representante legal da contratada, na forma do Anexo IV da IN RFB 1.234/2012 com a redação dada pela IN RFB 1.244/12;

7.9. Os prazos serão interrompidos sempre que se façam necessários a solução de pendências na execução do objeto, identificadas em qualquer etapa da liquidação da despesa ou do saneamento na inconsistência do documento fiscal apresentado pela contratada;

7.10. Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto daquele constante na proposta, será verificada a regularidade fiscal e trabalhista de ambos os estabelecimentos;

7.11. No caso de atraso no pagamento provocado exclusivamente pela Administração, a contratada fará jus à atualização financeira, com juros de mora de 0,00016438% ao dia, alcançando-se 6% ao ano, multiplicados pelo número de dias de atraso entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

VIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “h”, da Lei 14.133/2021)

8.1. **Modalidade da Licitação:** O fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade Pregão, com a adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, nos termos da Lei 14.133/21.

8.2. Critérios de seleção do fornecedor:

8.2.1 O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos:

8.2.1.1. Folder, catálogo ou documentos do fabricante ou a indicação de página da internet, que contenham informações suficientes para comprovar a adequação do produto às exigências do Termo de Referência.

8.2.1.2. Cópia do Rótulo padrão identificador do produto.

8.2.1.3. Registro de Concessão de Lavra Pública, publicado no Diário Oficial da União.

8.2.1.4. Licenciamento Sanitário, válido, emitido pela Vigilância Sanitária.

8.2.1.5. Laudo de “Estudo in loco para relatório de análise de pesquisa de água mineral” válido, emitido pela Rede de Laboratórios de Análises Minerais - REDE LAMIN da Companhia de Pesquisa Recursos Naturais - CPRM ou outro devidamente autorizado.

8.2.1.6. Relatório de Ensaio Microbiológico da água mineral, emitido nos últimos 120 dias, em conformidade com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 724/2022 e a Instrução Normativa nº 161/2022, ambas da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que dispõem sobre os padrões microbiológicos de alimentos.

8.2.1.7. Os custos para emissão de laudos e relatórios correrão por conta da empresa vencedora, que a seu critério poderá incluí-los na sua proposta de preço, não cabendo posterior pedido de revisão de preço sobre esse aspecto de exigência.

8.3. Documentação exigida para habilitação técnica:

8.3.1 Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que o licitante tenha executado, de forma satisfatória, o objeto da presente contratação.

8.3.2. O licitante deverá disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do atestado de capacidade técnica apresentado.

8.3.3. A justificativa para a solicitação do atestado de capacidade técnica se fundamenta na necessidade de aferição da experiência e da expertise da empresa na execução do objeto.

8.4. Documentação exigida para habilitação econômico-financeira:

8.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.4.2. A justificativa dessa exigência é assegurar que a empresa contratada possua saúde financeira compatível com as obrigações contratuais.

IX - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “i” e “j”, da Lei 14.133/2021)**9.1. Unidade Gestora Responsável**

Secretaria de Administração - SAD.

9.2. Ação Orçamentária

Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral / Pleitos Eleitorais.

9.3. Código do Item Orçamentário

SAD018

9.4. Classe de material

8960

9.5. Valor Estimado da despesa

O valor estimado da despesa constará no Anexo II do edital de licitação.

X - DECLARAÇÃO SOBRE SIGILO DO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

10.1. Não se aplica.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2026

EDUARDO PIRACURUCA BAPTISTA
CHEFE DA SEÇÃO DE ALMOXARIFADO



Documento assinado eletronicamente em 12/06/2026, às 16:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FELIPE DE MELLO SANTOS
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 12/06/2026, às 16:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5051506** e o código CRC **78D4D3EA**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.